

CARLOS PIMENTA (RELATOR)
CONCEICAO SILVA / VICTOR MENDES

PARA UM MODELO EXPLICATIVO
DAS VARIACOES DOS SALARIOS PROFISSIONAIS

Fevereiro 1986

PREFACIO

A. A análise das variáveis explicativas da dinâmica salarial nacional e regional foi feita noutros relatórios. Este é o último de verificação de funcionamento do modelo de Phillips-Lipsey na economia portuguesa.

A influência das tensões no mercado de força de trabalho e das variações dos preços na variação da taxa salarial revelou-se profíqua, contrariamente ao que sucedeu com a concentração industrial ou o fenómeno da liderança salarial, embora não se possa negar a interferência destas variáveis. As tentativas de medir a influência da taxa de lucro revelaram-se improfíguas por falta de informação estatística, o mesmo se podendo dizer para a acção da produtividade mas por outra razão: os modelos teóricos que postulam aquela relação de causalidade não são confirmados pelos dados.

Também o "efeito imitação" e o impacto da dinâmica salarial noutros países, por via da emigração -- variável analisada, com resultados válidos, em publicação anterior -- foi objecto de atenção em outro trabalho, não conduzindo a resultados válidos.

Este relatório, embora limitado ao campo das profissões (e dos sectores) -- e, talvez por isso mesmo, na medida em que se trata de uma ventilação essencial da dinâmica salarial -- é conclusivo de um longo trabalho. Dele resulta, contudo, a certeza que uma outra variável deveria ser considerada em estudos deste teor: a actividade sindical. Realidade multifacetada, complexa e suficientemente importante para merecer atenção cuidada futura. Todo um trabalho que há por fazer, num contexto de quase total ausência de informação estatística.

B. O conteúdo do que se segue deve, essencialmente, ser encarado como uma introdução a um método de análise do comportamento dos agentes intervenientes no mercado de força de trabalho.

NOTAS PRÉVIAS

1. Segundo o último recenseamento geral da população 3828240 portugueses, isto é, 38,9 por cento da população residente total exercem uma profissão. Como para cada cidadão activo existem 2,35 não merecedores de tal adjectivação, é de admitir que 91,5 por cento dos habitantes do nosso País dependam do que um ou mais membros da família recebem em salário (em sentido lato) pela venda da sua força de trabalho.

Esta seria razão suficiente para estudarmos as determinantes das variações salariais, independentemente das segmentações adoptadas, tanto mais urgente quanto as análises realizadas sobre esta realidade nacional são escassas e as políticas económicas, nomeadamente as de rendimentos e preços, tão profusamente utilizadas nos últimos anos, exigiriam o conhecimento das variáveis influenciadoras e das tendências de evolução futura. Os salários têm que deixar de ser assumidos como variáveis exógenas.

Os salários são também, em toda e qualquer economia em que há uma autonomização e mercantilização da força de trabalho, uma categoria económica central: enquanto preço daquela mercadoria específica estão presentes em todos os processos produtivos, capital variável, componente primeira de repartição do valor novo criado. Os salários são um dos polos contraditórios, conjuntamente com o lucro, em sentido lato, de uma dinâmica conflitual que se manifesta quotidianamente nas relações de produção e na globalidade das manifestações sociais. Por isso surgem também como charneira de multidisciplinaridade operatória entre Economia Política e outras ciências sociais. Neste trabalho mantemo-nos nos limites daquela ciência.

Iremos, pois, estudar os salários, insidindo a nossa atenção nos profissionais devido a sua importância teórico-prática e ao fraccionamento objectivamente existente na quantificação do valor da força de trabalho e, ainda, aos poucos estudos versando essa temática aplicada à realidade portuguesa. A profiquidade teórica, quando correctamente inserido, é prática, também revelada para a dinâmica salarial em Portugal, do modelo de Phillips-Lipsey, como o revelaram trabalhos anteriores, e a ausência de quantificações para os salários profissionais levou-nos a experimentá-lo, conscientes de não esgotarmos a problemática das determinantes dos salários profissionais no nosso País, quer porque a disponibilidade de informação estatística condiciona a amostra a um número reduzido de sectores e profissões, quer porque haverá que ensaiar o impacto de outras variáveis - embora já em trabalhos anteriores tivéssemos medido o impacto da conjuntura, das migrações, da liderança, da concentração e da produtividade e as que agora se consideram sejam as mais relevantes - e, algumas delas, exigirão a prévia construção dos dados, como é o caso da actividade sindical. Nas conclusões esboçamos uma síntese e alguns ensinamentos adicionais, para além da referência a hipóteses de pistas de trabalho em investigações futuras.

2. Conhecida à partida a existência de diferenças salariais por regiões, locais, empresas, sectores, profissões, sexos, nacionalidade e, até, por indivíduos, houve que introduzir critérios para a selecção das amostras. A segmentação dos salários por profissões é a mais ajustada.

Em primeiro lugar porque a força de trabalho, embora possuidora de um valor de uso comum inerente à sua unidade contraditória com o trabalho (abstracto) fracciona-se no espaço de quantificação dos valores, cujas fronteiras são determinadas pelo exercício da concorrência entre produtores do mesmo valor de uso. Esta manifesta-se por profissões. As empresas, unidades orgânicas do exercício do ciclo do capital, preenchem os seus postos de trabalho disponíveis com trabalhadores que possuem um determinado conjunto de aptidões físicas e intelectuais que lhes confere o estatuto de possuírem uma determinada profissão. Só uma força de trabalho com determinadas características é adequada à sua estrutura técnica e à articulação com os restantes componentes do trabalhador colectivo. Os trabalhadores, desempregados ou não, também concorrem entre si quando estão em situações similares para a ocupação de um determinado posto de trabalho.

Em segundo lugar, o processo de contratação colectiva tem hoje (e no período abrangido pela nossa análise) uma relevância fundamental: "os trabalhadores por Conta de Outrém abrangidos por Regulamentação Colectiva são 1700149 (97,7 por cento do total de trabalhadores por conta de Outrém)" [08]. Neles se consagra uma divisão por "categorias profissionais" e a inclusão destas em diferentes grupos de remuneração.

Diversos estudos realizados noutros países confirmam esta segmentação do mercado de força de trabalho por profissões, como o salienta Courbis [01], na esteira de Silvestre [15] a propósito da curva de Phillips-Lipsey. Também para Portugal, como ressaltará dos resultados que apresentaremos, se verifica essa situação, e só a tal nível de amostra são significativas as regressões com séries de dados trimestrais.

Em síntese, o confronto entre trabalhadores na ocupação dos postos de trabalho disponíveis e das empresas no seu preenchimento faz-se por profissões, o que tem expressão pecuniária em resultado dos mecanismos de mercado (entendido como local de manifestação pontual e, portanto, com autonomia relativa, da articulação produção, repartição, troca) e da importância destes nas relações salariais de produção e da prática de contratação colectiva. A mobilidade da força de trabalho processa-se nas fronteiras delimitadoras das diversas profissões.

A indústria transformadora e a construção civil são dos sectores de actividade económica onde tais mecanismos se manifestam com maior intensidade (pela intensidade das relações de produção capitalistas, pela diversidade de graus e tipos de complexidade da força de trabalho, pela mais ampla generalização da contratação colectiva e pela maior transparência no mercado da força de trabalho) e para os quais há maior manancial de informação estatística disponível.

3. Uma profissão exerce-se predominantemente num ou alguns sectores de actividade, podendo aí concentrar-se quase totalmente. Simultaneamente existem condições objectivas e subjectivas para uma similitude de evolução de variações salariais de diversas profissões num sector de actividade. Entre as primeiras estão as relações entre a conjuntura do sector e as tensões nos mercados de força de trabalho das suas profissões principais, a integração dos diversos trabalhadores da empresa no mesmo processo produtivo a que correspondem níveis de produtividade e conflitos de conjunto. Entre as segundas estão o tradicional e actual fraccionamento da contratação colectiva (essencialmente por sectores) e os mecanismos de propagação, quando existem. Estas razões,

acrescidas das dificuldades de informação estatística justificam, por vezes, a adopção de salários sectoriais em vez de profissionais. Contudo são realidades qualitativa e quantitativamente distintas: várias profissões num ramo e exercício de uma profissão em vários ramos. Quando a agregação estatística faz-se por sectores a situação agrava-se. O relacionamento de dinâmicas salariais das diferentes profissões de um sector é apenas parcial, e diferente de sector para sector.

Confirmada a prioridade da segmentação profissional em relação a sectorial, embora esta possa ser utilizada para superar a carência de informação estatística, ou como ensaio de primeira aproximação, constataremos a mobilidade de trabalhadores entre profissões. Essa passagens processam-se através da intermediação da aprendizagem, da coexistência das mesmas aptidões em diferentes forças de trabalho, ou da menor complexidade de umas profissões em relação às outras. A primeira via é uma transição definitiva de uma profissão para a outra e, portanto, não põe em causa o fraccionamento profissional. As outras duas põe-no mas de uma forma limitada, ao mesmo tempo que são uma sua confirmação, sendo a última a mais frequente.

Admitimos, em parte escudados no trabalho anterior de aplicação do modelo de Phillips-Lipsey as regiões, que a dinâmica salarial profissional processa-se de forma relativamente homogénea no espaço socio-geográfico do Continente. É o resultado da unidade do mercado nacional consolidado desde finais do século XIX; da importância das migrações internas; das posições do Porto, como polo de influência do norte do País, e de Lisboa, polo de todo o território continental; de uma grande percentagem de trabalhadores serem envolvidos por contratações colectivas

nacionais (no fim do primeiro trimestre de 1982, últimos dados disponíveis, 79 por cento dos trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva eram-no por regulamentações nacionais). As limitações socio-culturais à mobilidade da força de trabalho assim como as carências de informação do mercado de força de trabalho entre regiões, existem mas o seu impacto é reduzido: são as diferenciações salariais regionais que se apresentam como uma consequência da desigual distribuição dos sectores (e, consequentemente, das profissões) nas regiões e não o inverso.

4. Pelas razões apresentadas quanto à importância da segmentação do mercado de força de trabalho por profissões, pela necessidade de completar um trabalho anteriormente iniciado e ainda pela escassez de estudos procedendo a um aprofundamento das taxas de variação salarial por sectores ou profissões não será de estranhar que nos preocupemos, aqui e agora, em aplicar-lhes o modelo de Phillips-Lipsey.

APRESENTACAO DO MODELO

5. Não nos parece necessário relembrar toda a problemática envolvida neste modelo explicativo, pois consta de anteriores publicações com esse objectivo específico. Relembremos apenas algumas das linhas de força que são permanentemente necessárias.

Antes, contudo, não sera despiciendo salientar que do facto de haver um relacionamento entre duas variáveis não se pode deduzir uma relação de causalidade entre elas. Compete à teoria explicar as razões do comportamento similar dessas variáveis: acaso, efeito conjunto de uma terceira, causalidade entre elas e em que sentido.

O modelo explicativo da dinâmica salarial proposto por Phillips [10] e aperfeiçoado por Lipsey [06] considera como variável explicada a taxa de variação do salário nominal horário e como variáveis explicativas fundamentais a taxa de desemprego, a taxa de variação dos preços e, adicionalmente, a taxa de variação da taxa de desemprego. A influência da variação dos preços foi considerada pelo primeiro dos referidos autores como residual mas Lipsey veio a rejeitá-lo, assim como a experiência posterior em múltiplos países, nomeadamente no nosso.

Estamos, pois, perante a verificação do modelo de Phillips-Lipsey sempre que se constate uma relação do tipo

$$\dot{W} = f(U, \dot{P}) \quad f'_U < 0 \quad f'_{\dot{P}} > 0$$

Para Phillips a influência da taxa de desemprego sobre a taxa de variação da taxa salarial resulta dos mercados ("mercado

de trabalho") exercerem uma influência sobre os preços (preço do "serviço" trabalho) e do "mercado de trabalho" processar-se em desequilíbrio, com sistemática existência de tensões mensuráveis pela diferença relativa entre oferta de trabalho pelos trabalhadores e a sua procura pelas empresas, de que a taxa de desemprego seria um indicador, o que veio a ser confirmado pormenorizadamente por Lipsey. Estas interpretações têm sido objecto de diversas críticas com graus de validade teórica e generalidade estatística muito diferentes, mas duas tendências dominantes se delinearam:

a) As tensões no mercado de força de trabalho surgem mais claras considerando a procura de emprego não satisfeita e a oferta de emprego não satisfeita (ou taxa de postos de trabalho vagos);

b) A situação no mercado de força de trabalho é um indicador específico, mais próximo dos mecanismos de quantificação salarial, de outras realidades económicas gerais (conjuntura, correlação de forças na relação salarial, por exemplo) ou particulares (lucro, produtividade, agressividade sindical, por exemplo), para além do significado que assume no seu mercado específico [13]. A primeira linha de interpretação é profíqua.

Desde fins da década de 60, altura em que se começou a gerar desconfianças no funcionamento do modelo, ultrapassadas alguns anos depois em resultado do agravamento do desemprego e do seu uso para amostras regionais e profissionais, diversos trabalhos têm mostrado a superioridade do indicador (DENS/OENS) [02], rácio entre as procuras e ofertas de emprego não satisfeitas no fim do período.

Lipsey justificou a influência dos preços por uma maior

força reivindicativa dos sindicatos operários quando existem variações de preços. Relação econométrica frequentemente verificada, assumindo desde fins da referida década uma importância muitas vezes superior a que cabe à taxa de desemprego, tem sido objecto de diversas interpretações [12]: a) a variável explicada que corresponde ao comportamento dos trabalhadores seria o "salário real"; b) as relações entre taxas de variação de salários e de preços resultariam de ambos serem influenciados pela conjuntura; c) repercussão das variações dos salários nos dos preços; d) alteração dos custos na reprodução da força de trabalho. As expectativas de preços surgem por vezes como variável explicativa substitutiva ou complementar da taxa de variação de preços, sobretudo associada à primeira e terceira interpretações e visando uma modificação do conteúdo qualitativo do modelo pela troca entre variáveis explicativa e explicada.

Os autores iniciais do modelo não tiveram preocupação em precisar o significado das variações salariais para além do indicarem tratar-se de salários nominais. As várias interpretações, nomeadamente estatísticas, sobre o significado de salários (ganhos, taxas de salários, remuneração dos assalariados ou custo de mão-de-obra) despertaram a atenção de diversos autores, sendo posição unânime a superioridade da noção de taxas de variação de taxas de salário. A utilização alternativa da taxa de variação das remunerações exigiria a consideração simultânea do mercado de força de trabalho ("mercado de trabalho externo") e das diferentes utilizações dos trabalhadores empregados ("mercado de trabalho interno") [07].

Phillips utilizou a taxa de variação da taxa de desemprego como indicador das expectativas dos empresários sobre a

situação futura no mercado de força de trabalho e, dessa forma, explicar os desajustamentos cíclicos das taxas de variação dos salários horários efectivos em relação às estimadas. Lipsey reforça a atenção sobre aquela variável relacionando-a com a dispersão entre mercados individuais de força de trabalho e não aceitando a posição do seu predecessor sobre a tendência ao seu enfraquecimento, mas reconhecendo o seu andamento diferenciado conforme o ciclo. A fragilidade empírica da influência da taxa de variação da taxa de desemprego tem conduzido à sua frequente marginalização. Contudo esta variável não pode ser subestimada, sobretudo quando a amostra se refere a uma taxa salarial profissional. O seu significado também pode ser bastante mais vasto que o atribuído pelos autores iniciais do modelo, reflectindo a tendência de evolução da economia, da acumulação e da taxa de lucros.

A não linearidade da curva de Phillips tem sido justificada ora pelo comportamento dos intervenientes no mercado de força de trabalho (ex. resistência dos trabalhadores à baixa dos salários, quando o desemprego aumenta, e pedido de maiores aumentos quando diminui) ora pela relação não linear entre tensões no mercado de força de trabalho e taxa de desemprego. Contudo, porque a dinâmica dos salários não depende apenas das associações sindicais mas também das patronais, pesando mais umas ou outras conforme o período histórico que se viva e porque o segundo argumento (relação entre tensões do mercado e taxa de desemprego) desvanece-se ao substituir U por $(DENS/OENS)$, a não linearidade não surge como característica indispensável do modelo, embora nada impeça continuar a verificar-se.

Finalmente, acrescente-se que os parâmetros do modelo

apresentam grande variabilidade com a profissão (região, País) e com o período considerado, o que só pode constituir estranheza para quem o encare, o que é cada vez mais difícil, como uma relação de causalidade restrita (mercado/preço) e não abarcando a introdução de novas variáveis.

A comprovação do modelo referido na explicação da dinâmica de longo prazo das taxas salariais, o facto dele ter tido manifesta comprovação na realidade portuguesa (para a totalidade do Continente [13] e para as quatro "regiões-plano" [04]) induz-nos a aplicá-lo às taxas de variação das taxas salariais profissionais.

6. Para melhor compreendermos o contexto teórico em que se insere o modelo, independentemente das justificações apresentadas pelos seus autores e do muito que sobre o assunto tem sido exposto num debate entre keynesianos e monetaristas, reafirmemos [13] a nossa concepção de que ele corresponde a formulações claramente explicitadas por Ricardo na sequência do conceito de "preço natural" e aí se podem encontrar bastantes elementos para a sua reinterpretação. O mesmo se dirá em relação ao marxismo que pela sua caracterização do valor da força de trabalho e das leis da acumulação justifica plenamente o significado do modelo como fragmento da dinâmica capitalista.

Diferentemente do que acontece com Ricardo e Marx a obra de Keynes exprime uma visão sobre os salários que não se coaduna directamente com as relações incluídas no modelo de Phillips-Lipsey, embora a sua teoria apresente vários elementos fundamentais que permitam, posteriormente, integrá-lo na lógica da sua doutrina. Esta a razão de algumas dificuldades do keynesianismo em reinterpretá-lo harmonicamente.

Finalmente a curva de Phillips é inintegrável e conflitual com os neoclássicos, incapazes de admitir a natureza estrutural e duradoira do desemprego involuntário. Como é dito por Don Patinkin "rigorosamente deve desaparecer a noção total de 'involuntariedade': porque cada um necessita fazer o que está fazendo" [03] Por isso as suas versões daquele modelo são uma manifesta deturpação do inicialmente proposto: anulação do desemprego involuntário e criação de um conceito de desemprego autojustificativo do que se pretende - taxa de desemprego de pleno emprego ou natural -, substituição da dinâmica objectiva dos preços pela subjectividade das expectativas, pressuposição de que os aumentos de salários se traduzem em aumentos de preços e utilização do modelo, com troca de relação entre $\dot{W}$ e $\dot{P}$, para explicar o que foi prévia hipótese da sua construção, aceitação de uma mítica neutralidade da moeda que inviabiliza a aceitação de hiatos estruturais, socialmente determinados, entre variações de salários nominais e de preços.

INFORMACAO ESTATISTICA

7. Para os ensaios do modelo que temos vindo a referir utilizamos dados trimestrais de duas fontes distintas: os indicadores de salários (para sectores e profissões) e o índice de preços no consumidor em Lisboa publicados pelo INE, reelaborando estes últimos de forma a excluir o índice do preço da habitação, e, ainda, os pedidos de emprego não satisfeitos no fim do período e as ofertas de emprego igualmente não satisfeitas no fim do período por profissões do Ministério do Trabalho, (com uma desagregação maior que os publicados).

Atendendo ao objectivo do trabalho, a escolha das séries a utilizar baseou-se, numa primeira fase, naquelas cujas publicações ao longo do tempo apresentavam uma certa continuidade.

Numa segunda aproximação, restringimos ainda mais o número de séries possíveis com base na homogeneidade necessária entre o sector explicitado pelos salários (INE) e as profissões representadas nos dados do mercado de força de trabalho (SNE).

No sentido de alargar, tanto quanto possível, o âmbito das séries, cuja amplitude temporal estava condicionada pelos anos a que se referiam, fomos levados, por vezes, a preencher algumas lacunas da publicação num duplo vector:

- a) assegurar a continuidade das séries posta em causa pela ausência da publicação de um eventual trimestre
- b) obtenção de índices de salários por ramos de actividade no Continente.

Adoptamos, assim, o seguinte comportamento:

a) A eventual ausência de publicação trimestral foi suprida pelo cálculo de um índice que foi introduzido na série. Tal índice era obtido através da média entre os índices anterior e posterior tendo em conta sua evolução em anos anteriores e à sazonalidade.

b) No que respeita aos índices de salários por ramos de actividade, o INE não dispõe de séries dirigidas ao Continente o que limitava um pouco as bases de trabalho.

Muito amavelmente, porém, aquele Instituto forneceu-nos uma lista das actividades e profissões constituintes, bem como do seu peso para o cálculo do Índice Global, com base no inquérito aos salários para a cidade de Lisboa.

Admitindo a sua aplicabilidade, mesmo parcial, para o Continente e, portanto, conhecidas as profissões que integravam os ramos de actividade no Continente, utilizamos aqueles pesos por profissões constituindo, assim, novos índices.

Acontece, porém, que as profissões nem sempre coincidiram quando se comparava Lisboa com o Continente. Quando isso aconteceu eliminou-se as profissões em causa, procedendo-se a normalização dos pesos das restantes.

Verificou-se, então, a obtenção das seguintes séries para o Continente:

PANIFICACAO	
Amassadores	50,0 %
Forneiros	50,0 %
FABRICACAO E REPARACAO DE CALCADO	
Costureiras	15,4 %
Engraxadores	7,7 %
Sapateiros (H)	38,4 %
Sapateiros (M)	38,5 %
TIPOGRAFIAS E INDUSTRIAS CONEXAS	
Compositores manuais	35,8 %

Compositores mecânicos	16,4 %
Encadernadores	19,4 %
Impressores	28,4 %
INDUSTRIAS METALURGICAS E METALOMECHANICAS	
Electricistas	10,1 %
Fundidores	7,9 %
Polidores de metais	4,5 %
Serralheiros civis	20,8 %
Serralheiros mecânicos	42,1 %
Torneiros mecânicos	8,4 %
Torneiros de metais	6,2 %
MATERIAS PLASTICAS	
Operários indiferenc.	100,0 %
CONSTRUCAO	
Carpinteiros	12,4 %
Pedreiros	19,3 %
Pintores	6,6 %
Trabalhadores n.e.	61,7 %

Reconhecendo que tais simplificações podem conduzir a conclusões imperfeitas, temos como certo, porém, que a validade das séries não foi posta em causa pelas transformações operadas. Com efeito, no primeiro caso (integração de índices trimestrais em falta) apenas se operou nas situações em que os índices apresentavam uma certa evolução tendencial; quanto à segunda simplificação (construção de índices) as profissões eliminadas apresentavam um peso reduzido, regra geral inferior a 4%, excepção feita à metalurgia onde se verificavam duas situações superiores: batechapas e pintores com 9%.

Entendemos, pois, não ser de rejeitar a hipótese de validade dos resultados derivados das séries em questão. Obviamente que todos os cuidados não invalidam as deficiências inerentes aos próprios índices originais, cujas qualidades e defeitos foram analisados em relatórios anteriores.

O índice de preços no consumidor no Continente sem habitação começou a ser publicado tardiamente, tornando-se imperioso a utilização dos índices de preços no consumidor - este é o melhor indicador das variações de preços - de uma das seis

idades para que era publicado. A escolha, entre os índices das seis cidades, ou a construção de um índice conjunto era uma escolha pouco importante dada a similitude de evolução de todos eles (com excepção do de Faro) e a adopção pelo de Lisboa resultou da sua frequente utilização estatística como indicador nacional e pelo grande peso de ponderação, qualquer que fosse o critério utilizado, que assumiria em qualquer indicador nacional. A exclusão do subíndice da habitação obedeceu a dois factos: a) o índice de preços da habitação é o que apresenta maiores erros; b) houve que prolongar a série para o período posterior ao fim da sua publicação, só podendo ser feito com índices de preços no consumidor sem habitação. Também estes índices possuem varias deficiências, desde a concepção à publicação (de que os erros mais importantes são o tratamento do efeito qualidade e a constância dos pesos de ponderação), mas apresentam validade bastante para serem utilizados.

Os montantes de pedidos e ofertas de emprego não satisfeitos no fim do período são, como dissemos, da responsabilidade do Ministério do Trabalho. Constituem uma desagregação dos dados publicados nos seus relatórios de conjuntura. São conhecidas as divergências de metodologia e de resultados entre aquele Ministerio e o INE assim como o são as deficiências dos dados. Contudo não tínhamos indicadores alternativos ao nível profissional e a apreciação crítica que deles fizemos revelou-nos a sua validade - sobretudo quando considerados para o conjunto do território.

O período para que dispunhamos destas últimas séries limitou o âmbito temporal da análise, confinando-se normalmente aos anos de 1968 a 1980. Tratando-se de dados trimestrais, não

considerando os desfasamentos temporais, temos 52 observações, o que é suficiente para validar os ensaios econométricos. Do ponto de vista económico e social diríamos que tal período é adequado porque o funcionamento do modelo pressupõe a capacidade dos agentes económicos de repercutirem, sobretudo através da contratação colectiva, as tensões no mercado de força de trabalho - embora se processasse diferentemente conforme o subperíodo - e porque corresponde a múltiplas situações económicas, sociais e políticas que, na sua variedade, podem servir para testar diversos pressupostos. A verificação do modelo em igual período, embora com dados anuais, para o Continente e as regiões-plano confirmam essa validade.

Nenhuma das séries é significativamente afectada, quantitativamente, por um comportamento sazonal. A utilização de variáveis artificiais de dessazonalização não se revelou significativa, o que não é surpreendente devido ao facto das taxas de variação serem anuais e homólogas.

As taxas de variação são centradas e expressas em percentagem, isto é, da forma

$$\dot{I}_t = [(I_t - I_{t-4}) / (I_t + I_{t-4})] * 200$$

única via de garantir uma igualdade de valores absolutos da taxa de variação com iguais índices, independentemente do sentido da variação.

8. O processo seguido, que se prende com a capacidade do computador utilizado, foi o seguinte: ensaiou-se o melhor desfazamento para as tensões no mercado de força de trabalho (entre 0 e 8 trimestres) com a admissão da influência das variações de preços instantânea. Retida a melhor regressão foi a mesma

submetida a um desfazamento temporal nas variações de preços (também de 0 a 8) escolhendo-se, de seguida, a regressão que manifestasse melhores resultados.

RESULTADOS

9. Numa primeira aproximação de aplicação do modelo de Phillips-Lipsey a cada segmento do mercado de força de trabalho analisamos o comportamento da taxa de variação da taxa salarial média sectorial. Apropinquação justificada por razões anteriormente referidas e pelo grau de desagregação dos dados sobre a procura e oferta de emprego não satisfeitos fornecidos pelo MT: estes referem-se mais a sectores de actividade, por vezes com conteúdo bastante amplo, que a profissões, com relativa excepção para a Construção Civil.

O primeiro bloco de resultados econométricos referem-se as taxas de variação salarial referentes aos Salários Médios por Ramos de Actividade no Continente. Para os dez sectores considerados, escolhido na base dos dados disponíveis sobre o mercado de força de trabalho, infelizmente muito longe de abarcar toda a indústria, o modelo aplica-se a seis (Textil Algodoeira, englobando as fibras artificiais e brandas; Malhas; Adubos; Industrias Fundamentais do Vidro; Anexas do Vidro e Fabricação de Pregos, Parafusos e Arame, embora para estes últimos com reduzida capacidade explicativa) e não se verifica para outros quatro (Fabricação de Malte e Cerveja; Fabricação de Tabaco; Fabricação de Tintas e Vernizes e Laminagem). Embora tal facto não surpreendesse em face dos resultados obtidos para outros países, como já referimos, convirá dizer que as referidas não verificações devem-se essencialmente a qualidade das informações estatísticas disponíveis. Assim não possuímos dados sobre o mercado de força de trabalho específico dos trabalhadores do sector do malte e cerveja estando as suas procuras e ofertas englobadas com as dos sectores de Fabricação de Farinhas e Panificação. Atendendo a que

os trabalhadores da Panificação são sete vezes mais numerosos é plausível que os dados sobre oferta e procura de emprego não satisfeitas reflectam mais a situação da panificação e pior a do sector em análise. O mercado de força de trabalho correspondente aos trabalhadores específicos da Fabricação de Tintas e Vernizes está englobado no mercado de força de trabalho da industria química. No caso da indústria do Tabaco a razão é outra. No período considerado não existe um mercado de força de trabalho como nos restantes sectores, já que só durante oito trimestres há a oferta de emprego para um a cinco trabalhadores. Apenas no caso da Laminagem o não funcionamento do modelo parece referir-se a condições específicas de funcionamento do sector.

Vejamos agora os resultados para os sectores em que o modelo se verifica, após a correcção da autocorrelação positiva que se verifica em todos (pelo método sugerido por Kadiyala):

$$\dot{W}_t = b_1 + b_2 \log(\text{DENS/OENS})_{t-t_1} + b_3 \dot{P}_{t-t_2} + e_t$$

	t1	t2	b1	b2	b3	R2	F	DW
Algodão								
6	3		13,785 (2,66)	- 4,490 (-3,45)	1,176 (3,86)	32,1	10,7	1,60
Malhas								
7	2		16,508 (2,07)	- 3,784 (-2,38)	1,025 (3,17)	33,0	7,4	1,70
Adubos								
5	0		8,247 (1,25)	- 6,682 (-4,49)	1,365 (3,76)	43,9	14,1	1,90
Fundamentais do Vidro								
1	1		8,632 (1,57)	- 3,360 (-2,17)	1,112 (3,27)	20,0	6,0	1,76
Anexas do Vidro								
3	0		14,656 (3,50)	- 2,487 (-2,37)	0,589 (2,45)	17,5	4,9	1,82
Pregos, Parafusos e Arame								
8	2		19,177 (2,50)	- 5,915 (-2,65)	0,837 (2,17)	21,9	4,6	1,36

Observações: Para o Algodão e as Industrias do Vidro considerou-se o período 1968/1980 e para os restantes sectores 1970/1980. t1 e t2 medem o número de trimestres de desfasamento.

Com base nos índices de salários profissionais elaboramos, de acordo com o método anteriormente referido, índices de salários sectoriais no Continente procurando cobrir outros ramos de actividade para os quais se obtiveram os seguintes resultados favoráveis à aplicação do modelo:

$$[1] \quad \dot{W}_t = b_1 + b_2 \log(\text{DENS/OENS})_{t-t_1} + b_3 \dot{P}_{t-t_2} + e_t$$

$$[2] \quad \dot{W}_t = b_1 + b_2 (\text{DENS/OENS})_{t-t_1} + b_3 \dot{P}_{t-t_2} + e_t$$

M	t1	t2	b1	b2	b3	R2	F	DW
Calçado								
1	4	1	11,718 (1,98)	- 4,867 (-3,06)	0,859 (2,97)	33,3	9,2	1,50
Tipografia								
2	4	1	8,122 (3,17)	- 0,026 (-3,59)	0,477 (3,16)	31,6	8,5	1,79
Construção Civil								
1	4	1	7,946 (3,40)	- 2,943 (-5,06)	0,616 (4,90)	53,2	21,0	1,64

Observações: Todos os sectores se referem ao período 1970 a 1980. M indica o modelo adoptado (entre os apresentados no cimo).

enquanto para a Panificação b2 e b3 não são significativamente diferentes de zero e para a Metalurgia a taxa de variação salarial reage à taxa de variação dos preços mas não as tensões no mercado de força de trabalho (cujos dados não correspondem ao mercado sectorial global).

Não é despicienda a situação neste último sector porque as variações salariais aí registadas têm fortes probabilidades de serem líderes para as dos restantes sectores industriais, o que está relacionado com a capacidade de acção sindical e com a presença de profissões metalúrgicas em todos os ramos de

actividade.

Antes de uma análise mais pormenorizada destes resultados acrescente-se a não validade econométrica da introdução de uma variável artificial indicadora das transformações sociais registadas durante o período 1974/1975. Acrescente-se também a existência de especificidades em cada um dos mercados de força de trabalho considerados na obtenção dos resultados anteriormente referidos.

As principais conclusões retiráveis destes resultados são os seguintes:

a) O modelo de Phillips-Lipsey aplica-se a vários dos sectores estudados, com capacidade explicativa diferente de caso para caso, para os quais foi possível encontrar uma correspondência adequada (o que não significa perfeita) entre as amostras das variações salariais e do mercado de força de trabalho. Para seis de dez sectores específicos as tensões no mercado de força de trabalho influenciam negativamente as taxas de variação da taxa salarial: a um nível de significância de 5 por cento o parâmetro b_2 é, sempre, significativamente diferente de zero. Por outras palavras, a procura de emprego não satisfeita, que reflecte os trabalhadores em desemprego involuntário, tende a diminuir a taxa salarial, enquanto a oferta de emprego não satisfeita, que reflecte os postos de trabalho disponíveis, tem um impacte inverso. Simultaneamente a taxa de variação dos preços no consumidor influencia positivamente a variação da taxa salarial.

Embora o modelo funcione para a maioria dos sectores de actividade considerados como amostra, construída de acordo com as disponibilidades de informação estatística sobre o DENS e o OENS, confirma-se a tese de que a curva de Phillips nacional ou regional

é sempre a síntese da verificação para um conjunto de profissões/sectores e a não verificação para outro. Contudo a fronteira não parece ser a que divide os sectores de "capital intensivo" dos de "mão-de-obra intensiva".

Preocupar-nos-emos com os sectores em que o modelo se verifica.

b) Na grande maioria das situações, com a única excepção da Tipografia, há uma influência não-linear das tensões no mercado de força de trabalho sobre a taxa de variação salarial, confirmando a tese dos patronos do modelo quanto às atitudes das organizações de classe envolvidas na regulamentação colectiva aos processos de resistência ou ampliação as tendências objectivas impostas pelo económico, sempre sobredeterminado politicamente. O facto dos ensaios econométricos de âmbito nacional e regional no nosso País não confirmarem a não-linearidade aponta para a hipótese do reforço desta ao aproximarmo-nos de amostras mais intimamente relacionadas com processos específicos de contratação colectiva.

A influência das variações dos preços sobre as variações salariais é sempre linear. De acordo com a interpretação do significado dessa variável não havia razão forte para admitir outros tipos de comportamento. No entanto ensaiámos outras hipóteses, nomeadamente a formulação adoptada em alguns modelos $\dot{W} = f(P, P^2)$ mas obtiveram-se sempre piores resultados.

c) Embora o modelo seja aplicável aos sectores anteriormente referidos, as variáveis explicativas DENS/OENS e $\dot{P}$ apenas explicam uma parte de $\dot{W}$ sendo de admitir a existência de

outras variáveis explicativas, aspecto que analisaremos especificamente para algumas taxas de variação de salários nominais profissionais.

d) As taxas de variação salarial reagem mais lentamente as tensões no mercado de força de trabalho que às taxas de variação dos preços, como se pode deduzir dos trimestres de desfasamento temporal t_1 e t_2 . Em vários casos a consideração de um período inferior de t_1 compromete a validade da regressão. Esta lenta reacção de $\dot{W}$ às alterações de $(DENS/OENS)$ é perfeitamente explicável pela natureza indicativa dessa variável, pela periodicidade da contratação colectiva, pela reduzida "transparência" desse mercado, condicionando a informação dos intervenientes.

A mais rápida reacção às variações dos preços tem, do ponto de vista económico, um significado diferente: enquanto o montante de t_1 condiciona, como dissemos, a validade da regressão o de t_2 apenas afecta a sua maior ou menor capacidade explicativa. Essa reacção "instantânea" nuns casos, com um a três trimestres de desfasamento noutros, reflecte a relação directa e imediata de $\dot{P}$ sobre $\dot{W}$ a maior "transparência" sobre a dinâmica dos preços consubstanciada numa prática quotidiana de sucessivos actos de compra e venda, consciência social de que se trata de um fenómeno estrutural contra o qual não há política económica com operacionalidade eficaz, relativa inércia do fenómeno. Para alguns subperíodos t_2 também pode reflectir indirectamente as decisões políticas em torno da criação e alteração do Salário Mínimo Nacional.

Na medida em que a consideração do comportamento

sectorial surge apenas como uma etape na constatação da validade do modelo para os salários profissionais, as conclusões anteriores são suficientes.

10. Apliquemos agora a análise às profissões. Infelizmente não possuímos índices de salários de profissões de todos os sectores para os quais ensaiamos anteriormente o modelo. Para o Continente existem índices de salários profissionais da Panificação, Calçado, Tipografia, Construção Civil, Metalurgia e Matérias Plásticas. Para as profissões deste último sector os resultados de não funcionamento do modelo voltaram a confirmar-se, enquanto para os quatro primeiros a confirmação fez-se no sentido do funcionamento (com excepções para algumas profissões). Para as profissões da industria metalúrgica há um funcionamento do modelo em algumas profissões e não noutras.

Atendendo aos bons resultados no sector textil ensaiamos, com sucesso, superar a falta de informação sobre salários profissionais no Continente com a adopção dos registados para Lisboa.

Os resultados estão sintetizados no seguinte quadro:

$$[1] \quad \dot{W}_t = b_1 + b_2 \log(\text{DENS/OENS})_{t-t_1} + b_3 \dot{P}_{t-t_2} + e_t$$

$$[2] \quad \dot{W}_t = b_1 + b_2 (\text{DENS/OENS})_{t-t_1} + b_3 \dot{P}_{t-t_2} + e_t$$

M	t1	t2	b1	b2	b3	R2	F	DW
PANIFICACAO (n=40)								
Amassador (H)								
1	4	2	11,807 (2,28)	- 4,211 (-2,79)	0,887 (3,32)	29,1	7,6	1,74(*)

Forneiros (H)									
1	4	2	10,577	- 4,381	0,955	31,1	8,4	1,80(*)	
			(2,07)	(-2,90)	(3,55)				
CALCADO (n=40)									
Costureiros (M)									
1	4	0	15,909	- 5,925	0,802	28,5	7,4	1,60(*)	
			(2,17)	(-3,12)	(2,20)				
Sapateiros (H)									
1	4	1	8,681	- 3,801	0,861	36,3	10,6	1,58(*)	
			(1,77)	(-2,90)	(3,56)				
Sapateiros (M)									
1	4	0	10,114	- 5,448	1,035	20,6	7,8	1,54(*)	
			(1,32)	(-2,71)	(2,77)				
TIPOGRAFIA (n=36)									
Compositores Manuais (H)									
2	4	1	7,534	- 0,036	0,535	54,3	19,6	1,68	
			(4,16)	(-5,61)	(4,82)				
Compositores Mecânicos (H)									
1	4	0	6,396	- 2,009	0,565	50,2	16,6	1,50	
			(3,10)	(-5,06)	(4,57)				
Encadernadores (H)									
2	4	0	5,558	- 0,025	0,655	29,3	6,8	1,71(*)	
			(1,59)	(-2,39)	(3,32)				
Impressores (H)									
2	4	2	7,089	- 0,029	0,554	32,9	8,1	1,90(*)	
			(2,42)	(-3,17)	(3,27)				
METALURGIA (n=36)									
Torneiros Mecânicos (H)									
1	4	1	5,079	- 1,820	0,574	33,4	8,3	1,70(*)	
			(1,78)	(-2,44)	(3,70)				
Torneiros de Metais (H)									
1	4	2	6,592	- 1,695	0,673	42,5	12,2	1,57	
			(2,82)	(-2,79)	(4,82)				
CONSTRUCAO CIVIL (n=35)									
Carpinteiros									
1	5	2	7,691	- 4,151	0,521	58,7	22,7	1,92(*)	
			(3,03)	(-6,05)	(3,88)				
Pedreiros (H)									
1	5	2	6,501	- 3,566	0,676	53,2	18,2	1,72(*)	
			(2,23)	(-5,16)	(4,23)				
Pintores (H)									
1	5	2	12,282	- 4,738	0,689	54,5	19,2	1,76(*)	
			(4,32)	(-5,46)	(4,36)				
TEXTEIS (n=43 a 47)									
Fiandeiros (H)									
1	5	0	7,987	- 5,245	0,702	40,3	13,5	2,19(*)	
			(2,16)	(-4,98)	(3,16)				
Fiandeiros (M)									
1	6	0	14,202	- 6,377	0,854	58,5	30,3	1,70	
			(4,22)	(-7,75)	(3,88)				
Tecerões (H)									
2	7	0	5,575	- 0,254	0,720	24,3	6,1	1,86(*)	
			(1,38)	(-2,86)	(2,91)				
Tecerões (M)									
1	5	0	8,776	- 2,911	0,921	16,9	4,5	1,82(*)	
			(1,47)	(-2,08)	(2,66)				

Observações: (*) Corrigida a autocorrelação pelo método anteriormente referido.

Acrescente-se que se verifica, trabalhando com um nível de significância de 5 por cento, inadequação do modelo para as profissões de Fundidores, Polidores de Metais, Serralheiros Civis, Operários e Operárias da Industria de Plásticos (logo antes da correcção da autocorrelação), assim como para os Engraxadores, Electricistas, Serralheiros Mecânicos, Tintureiros e Alfaiates (apos a sua correcção).

O que nos parece fundamental salientar é que a aplicação do modelo de Phillips-Lipsey aos salários profissionais confirma os resultados anteriormente antevistos pela sua aplicação aos salários médios sectoriais: funcionamento do modelo; predomínio das situações de não-linearidade (a justificação da linearidade exigiria um estudo de pormenor desses "mercados"); possibilidade de existência de outras variáveis explicativas; reacção desfasada às tensões no mercado de força de trabalho e resposta mais rápida às taxas de variação dos preços com significados diferentes para estes dois hiatos. As profissões da Construção Civil são as que apresentam uma dinâmica da taxa salarial mais conforme com as variáveis explicativas do modelo.

Duas observações complementares:

a) Como o período em estudo foi bastante "perturbado" pela Revolução de Abril, decidimos introduzir no modelo uma variável artificial que refelectisse essa situação (igual a 1 do II Tr. 1974 ao I Tr. 1976). Em nenhuma situação conduziu a resultados válidos, confirmados por outros trabalhos que se apresentam de seguida.

Esta situação não permite deduzir a ineficácia de variáveis políticas, seria uma conclusão demasiado ampla, mas

apenas que ao nível profissional, e com esta amostra, se comprova que o 25 de Abril e os tempos imediatamente seguintes não foram perturbadores da dinâmica salarial, como frequentemente se afirma. Alguns dos resultados seguintes, nomeadamente para a construção civil, revelam que, provavelmente, o período anterior àquela data foi mais "perturbador".

b) O facto de em quase todos os casos se ter tido que corrigir a autocorrelação (sempre positiva) alerta para duas possibilidades: ou as variáveis explicativas não são as mais adequadas ou faltam variáveis. Só uma análise mais pormenorizada dos resíduos, e a sua comparação com a dinâmica de outras realidades (conjuntura sectorial e nacional, relação entre mercado de força de trabalho profissional e nacional global, salário mínimo nacional, contratação colectiva, manifestação de luta, etc.) permitiria dar uma resposta concludente. Deixamos apenas a nossa convicção de que se trata, sobretudo, da ausência de variáveis explicativas.

11. No sentido de aprofundar a aplicabilidade do modelo, nomeadamente pela introdução de outras variáveis, seleccionamos algumas das profissões anteriormente referidas, de sectores diferentes e que apresentem elevados valores de F.

São os casos de

- Compositores Manuais (H) da Tipografia
- Fiandeiros (M) da Industria Algodoeira
- Carpinteiros (H) da Construção Civil

Os salários dos compositores manuais referem-se

exclusivamente aos trabalhadores masculinos. As informações disponíveis sobre a oferta e procura de emprego não satisfeitas referentes aos trabalhadores de diversas profissões específicas das actividades tipograficas consideram separadamente cada um dos sexos. Apesar de haver uma elevada correlação entre as tensões nos dois mercados, medidas por DENS/OENS, os melhores resultados são obtidos com o mercado de força de trabalho masculina. Este resultado é consistente com o facto de ser uma profissão quase exclusivamente masculina e as ofertas e procuras de emprego femininas referirem-se a outras profissões.

As taxas salariais reagem as tensões no mercado de força de trabalho com um ano de atraso, em média, o que é concordante com a periodicidade da contratação colectiva e a demora da obtenção da informação sobre esse mercado. Tal como já tínhamos verificado reage linear e negativamente ao rácio DENS/OENS, cuja explicação exigiria uma análise específica do sector (tal não se afigura totalmente concordante com o facto de ser um sector de grandes tradições de luta e contratação colectiva). Não é legítimo isolar cada uma das componentes do rácio, o que conduz a piores resultados, e é a situação conflitual e de desequilíbrio que exprime a influência do mercado, mas é possível isolá-las para medir os impactes da sua dinâmica. Temos assim:

$$\partial \dot{W} / \partial \text{DENS} = -0,036 / \text{OENS}$$

$$\partial \dot{W} / \partial \text{OENS} = 0,036 \text{ DENS} / \text{OENS}^2$$

A taxa de variação da taxa salarial também reage significativamente à taxa de variação dos preços, linear e positivamente. A elasticidade dos salários em relação aos preços é, aproximadamente (a utilização das taxas de variação centradas provoca uma ligeira distorção), de 0,507 o que manifesta, no

período considerado (do I trimestre de 1971 a IV trimestre de 1980), uma significativa degradação do poder de compra. A reacção à dinâmica dos preços é mais rápida que a verificada para as tensões no mercado de força de trabalho: desfaseamento de um trimestre.

Em síntese temos

$$\begin{aligned} \frac{\Delta H}{W}_t &= 8,221 - 0,036 \left(\frac{DENS}{OENS} \right)_{t-4} + 0,507 P_{t-1} + e_t \\ &\quad (4,44) \quad (-5,41) \quad (4,46) \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} n=40 \quad R^2 &= 0,489 \quad F=17,76 \quad DW=1,524 \end{aligned}$$

A um nível de significância de 5 por cento é de rejeitar a hipótese de existência de autocorrelação (encontra-se na zona de dúvida do teste de Durbin-Watson, o que já não aconteceria a um nível de significância de 1 por cento, mas as regressões entre resíduos também não são significativas a 5 por cento). O teste de Spearmen conduz a aceitação da hipótese de homoscedasticidade. Todos os parâmetros são significativamente diferentes de zero e apresentam o sinal teoricamente correcto.

Apesar destas qualidades da regressão ela só explica em 49 por cento a taxa de variação do salário nominal. O acréscimo da taxa de variação do desemprego ($\frac{DENS}{OENS}$) não se revelou significativo, o que aliás seria de esperar perante a linearidade do modelo. Outros trabalhos realizados sobre a problemática dos salários-líder apontaram para a hipótese das taxas de variação dos salários da indústria tipográfica serem mais receptores que impulsionadores, mas o facto da liderança ser dos salários mais altos para os mais baixos e os compositores mecânicos serem dos trabalhadores portugueses com salários mais elevados permitia

admitir a hipótese da existência de uma sua liderança em relação as variações de salários em estudo. A introdução da variável taxa de variação da taxa salarial dos compositores mecânicos aumenta a capacidade explicativa do modelo para 55 por cento, mas introduz problemas de multicolinearidade (com a amostra considerada diminuíam os montantes dos parâmetros das variáveis iniciais, conjuntamente com os respectivos valores de t), como seria de esperar após os resultados anteriormente apresentados.

Na impossibilidade de possuir informações estatísticas sobre variáveis relevantes como a força dos sindicatos (por ausência de dados) ou correlação de forças político-sindical ou ainda como as políticas económicas adoptadas (por dificuldade de quantificação) utilizamos três variáveis artificiais: D1 para o período do I trimestre de 1971 ao I trimestre de 1974 - traduzindo a repressão, a ausência de liberdades e de sindicatos livres; D2 para o período II tr. 1974 a IV tr. 1975 para exprimir o período de ascenso da Revolução Portuguesa, com a profunda alteração na correlação de forças que tal provocou; D3 para o período da política de "tecto salarial". Apenas as duas primeiras surgem como significativas: a primeira a um nível de significância de 2 por cento (parametro -5,90) e a segunda de 10 por cento (4,51). Aumenta a capacidade explicativa mas introduz multicolinearidade, que tem que ver com a influência desses períodos históricos sobre a dinâmica dos preços, o que leva a redução dos valores de t dos parâmetros das variáveis explicativas originárias. A influência dessas variáveis não carece justificação pormenorizada, o mesmo não se podendo dizer da irrelevância de D3, o que reservamos para um ponto seguinte.

As taxas salariais das mulheres que exercem a profissão de fiandeiras nas indústrias têxteis no período III tr. 1968 ao II tr. 1981 são mais explicadas pelas tensões no mercado de força de trabalho das profissões desse sector de actividade comum a ambos os sexos que no específico do seu. A diferença não é muito importante, como seria de esperar da elevada correlação entre as taxas de variação salarial de homens e mulheres exercendo a mesma profissão (embora com diferenças de nível) e as tensões nos dois mercados, mas existe e é consistente com o domínio numérico das mulheres nestas profissões e a grande osmosidade existente entre ambos os mercados. As tensões no mercado de força de trabalho, medidas pelo rácio DENS/OENS, influenciam negativamente as taxas de variação da taxa salarial mas com um desfasamento temporal de ano e meio. A justificação detalhada desse hiato temporal exigiria um aprofundamento quantitativo e qualitativo da situação no sector e na profissão mas, grosso modo, é consistente com o longo prazo de vigência das regulamentações colectivas no sector (cerca de 18 meses), com a falta de "transparência" do referido mercado, talvez com o facto da profissão se concentrar nos distritos do Porto e Braga e os salários considerados no ensaio do modelo serem do distrito de Lisboa. As tensões no mercado de força de trabalho influenciam não linearmente as taxas de variação salarial, sendo simétrica e quantitativamente iguais as influências da procura e da oferta de emprego (embora, como já dissemos, do ponto de vista estritamente económico-social não seja totalmente legítimo a separação de ambas as variáveis):

$$\partial \dot{W} / \partial \text{DENS} = -6,365 / \text{DENS}$$

$$\partial \dot{W} / \partial \text{OENS} = 6,365 / \text{OENS}$$

A introdução da variável explicativa taxa de variação da procura de emprego não satisfeita (DENS), próxima da tão discutida

U de Phillips e Lipsey melhora os resultados, aumenta a capacidade explicativa do modelo. O seu significado económico não tem sido suficientemente aprofundado e, como vimos, frequentemente é relacionado com o comportamento dos agentes ou com o fraccionamento do mercado da força de trabalho, mas também é susceptível de ser interpretado como indicador da dinâmica social global e sectorial, de rendibilidade, da "disciplina laboral" subjacente a relação salarial. Também aqui a influência não é imediata mas o período de desfasamento de seis meses é curto e perfeitamente imputável ao tempo necessário à aquisição da informação. Obviamente, a influência é negativa: quando aumenta a procura de emprego não satisfeita diminui a taxa de variação salarial e quando diminui acontece exactamente o contrário. A elasticidade de $\dot{W}$ em relação a $\dot{DENS}$ é, aproximadamente, de -0,070.

Também para esta profissão a taxa de variação dos preços influencia positivamente a taxa de variação da taxa salarial com uma elasticidade de, aproximadamente, 0,752, o que corresponde, no período considerado, a uma degradação do poder de compra. Os melhores resultados são obtidos pela consideração da inexistência de desfasamento temporal (superior ou igual a três meses, já que o inferior não pode ser quantificado).

Em síntese, temos:

$$\begin{aligned} \dot{W}_t = & 1,733 - 6,365 \ln(DENS/OENS)_{t-6} - 0,070 \dot{DENS}_{t-2} + \\ & (5,18) \quad (-8,79) \quad \quad \quad (-2,54) \\ & + 0,752 \dot{P}_t + e_t \\ & (3,68) \end{aligned}$$

$$n=48 \quad R^2 = 0,645 \quad F = 26,622 \quad DW = 1,868$$

O teste de Durbin-Watson revelou, desde o início, a inexistência de autocorrelação, ao mesmo tempo que o teste de Spearman levou a admitir a hipótese de homoscedasticidade. Todos os parâmetros são significativamente diferentes de zero. Apesar da qualidade da regressão ela só explica 65 por cento da taxa de variação salarial, o que nos levou a medir a influência de outras variáveis explicativas.

Trabalhos anteriormente realizados [14] mostraram a existência de um fenómeno de liderança das variações salariais entre profissões do sector têxtil com uma estrutura de propagação variável e não abrangendo a totalidade das profissões. Os salários dos afinadores constituíam o núcleo impulsionador com um trimestre de desfasamento. Já então constatamos que os fiandeiros mulheres eram das profissões que frequentemente se encontravam exteriores ao fenómeno de propagação, embora, quando no interior, com tendências receptoras. Procuramos verificar a existência do referido fenómeno durante o período agora considerado, mas os resultados apontaram para a confirmação da sua inexistência.

A taxa de variação do índice da produção industrial do sector têxtil revelou-se sem capacidade explicativa adicional.

Pelas razões já apontadas para os compositores manuais, foi oportuno considerarmos três variáveis artificiais representativas do período fascista, da fase ascendente da Revolução Portuguesa e da época de política restritiva de rendimento pela aplicação do "tecto salarial", respectivamente. Apenas as duas primeiras se revelaram significativas (a primeira com um parâmetro de -12,983 e a segunda de 1,537). Contudo a introdução destas variáveis no modelo acarreta que o parâmetro de

P não deixa de ser significativamente diferente de zero. Pelas razões já anteriormente referidas estes resultados são concordantes com a evolução histórica da sociedade portuguesa, sendo apenas de estranhar a irrelevância de D3.

A inexistência de um mercado de força de trabalho feminino na profissão de carpinteiro da Construção Civil tornava irrelevante a distinção entre as tensões no mercado de força de trabalho de ambos os sexos ou só de homens. O facto de haver maior número de observações para as primeiras levou a adoptá-las. O impacto negativo das tensões no mercado de força de trabalho (no período I tr. 71 a IV tr. 80) manifesta-se com um ano e um trimestre de desfasamento e de forma não linear, apresentando, como habitualmente, concavidade em relação ao eixo da variável explicativa. Também aqui é preferível considerar DENS/OENS em conjunto que as duas variáveis isoladamente, mas tem interesse medir como é que a taxa de variação da taxa salarial reage a cada uma delas:

$$\partial \dot{W} / \partial \text{DENS} = (-9,575 \text{ OENS} / \text{DENS}^2) + (2,274 \text{ OENS}^2 / \text{DENS}^3)$$

$$\partial \dot{W} / \partial \text{OENS} = (9,575 / \text{DENS}) - (2,274 \text{ OENS} / \text{DENS}^2)$$

Saliente-se que esta forma de não-linearidade foi a utilizada por Lipsey no seu artigo, embora a variável explicativa então fosse outra. A adopção de uma não-linearidade que tornasse simétricas as variações das taxas de variação salarial em relação a procura e a oferta de emprego não satisfeitas, respectivamente, manifesta heteroscedasticidade.

A taxa de variação da procura de emprego não satisfeita

por parte dos desempregados, com o significado que atribuímos quando da análise da profissão anterior, melhora o resultado. A taxa de variação do desemprego influencia negativamente a taxa de variação salarial, havendo entre ambos, aproximadamente, uma elasticidade de -0,046. Essa influência revela-se com meio ano de desfasamento.

A taxa de variação dos preços, tal como se tem verificado para todas as profissões, influencia positivamente a taxa de variação da taxa salarial actuando com uma velocidade superior à das tensões do mercado de força de trabalho: meio ano. A elasticidade é, aproximadamente, de 0,562, o que mais uma vez revela uma degradação do poder de compra durante o período considerado.

No intuito de aumentar a capacidade explicativa do modelo ensaiaram-se outras variáveis explicativas. Os índices de produção industrial (IPI) quer especificamente ligados ao sector da Construção Civil (índice da Produção de Cimento, na falta de um do sector) quer ao conjunto da Industria Transformadora (dada a mobilidade da força de trabalho no sentido descendente nos níveis de qualificação) revelaram-se irrelevantes.

Da introdução das variáveis artificiais para os três períodos sociais que já referimos a propósito das outras profissões resultou que quer a referente ao período do fascismo quer a do período de ascenso da Revolução Portuguesa (a segunda com um parâmetro de 5,21) revelaram-se significativas e com o sinal correcto quando considerados isoladamente tal não acontecendo quando em conjunto. A introdução da primeira variável referida não afectou nem os montantes dos parâmetros nem dos respectivos valores de t , pelo que foi retido no modelo.

Representa mais que uma situação politico-económica global do País. Corresponde a ausência de qualquer forma de regulamentação colectiva de trabalho para o sector em que esta profissão se insere. Mais uma vez a variável artificial indicadora da política de "tecto salarial" se mostrou irrelevante.

Em síntese,

$$\begin{aligned} \frac{\Delta H}{W_t} = & -0,507 + 9,575 \left(\frac{1}{(DENS/OENS)_{t-5}} \right) - \frac{HM}{t-5} \\ & (-0,16) \quad (5,85) \\ & - 1,137 \left(\frac{1}{(DENS/OENS)_{t-5}} \right)^2 - 0,046 \frac{HM}{t-2} + \\ & (-4,15) \quad (-2,53) \\ & + 0,562 \frac{P}{t-2} - 6,435 \frac{D1}{t} + e_t \\ & (3,67) \quad (-2,09) \\ n=40 \quad R^2 = & 0,683 \quad F = 14,667 \quad DW = 1,77 \end{aligned}$$

Esta regressão resultou da correcção da autocorrelação segundo o método já anteriormente referido. Apresenta homoescedasticidade. Todos os parametros das variáveis explicativas são significativamente diferentes de zero a um nível de significância de 5 por cento.

12. Considerando o conjunto de informações destes três ensaios do modelo de Phillips-Lipsey retiram-se alguns ensinamentos, alguns dos quais ainda insuficientemente tratados.

A) As tensões no mercado de força de trabalho profissional, que conduzem a melhores resultados no modelo estimado são, frequentemente, as do sexo daquela, medidas pelo

rácio DENS/OENS. Influenciam negativamente a taxa de variação da taxa salarial com um desfasamento temporal de alguns trimestres. A influência dos desequilíbrios do referido mercado e de cada uma das suas componentes (DENS, influenciando negativamente, e OENS, positivamente) varia de caso para caso dependendo, eventualmente, do campo de intermediação existente entre as variáveis explicativa e explicada (ex. organização sindical, formas de regulamentação do trabalho), das condições sociais em que os agentes se movimentam - que condicionam e moldam os seus comportamentos - do fraccionamento regional, ou subsectorial, dos referidos mercados.

B) A taxa de variação dos preços no consumidor também influenciam sistematicamente a taxa de variação salarial, de forma linear e com um período de desfasamento inferior ao das tensões no mercado de força de trabalho. As diversas interpretações possíveis da influência desta variável já foram referidos sendo a mais coerente com a teoria a da influência das variações do custo de reprodução da força de trabalho sobre o valor desta. Como dissemos, contrariamente ao que acontece frequentemente com a escolha do período de desfasamento da influência das tensões no mercado de força de trabalho, no caso dos preços tal opção visa apenas melhorar os resultados. Tal facto levanta a hipótese de ser preferível considerar um conjunto de taxas de variação dos preços com diferentes desfasamentos, isto é, de se substituir a variável $\dot{P}(t-i)$ por uma do tipo

$$\sum_i a_i \dot{P}(t-i) \quad \text{com} \quad \sum_i a_i = 1$$

sendo $a(i)$ os respectivos pesos. Do ponto de vista do significado atribuído à variável $\dot{P}$ e atendendo a que a aquisição de mercadorias socialmente necessárias à reprodução da força de trabalho se distribui por diversos períodos, tal seria mais

coerente com a teoria. Duas hipóteses de testá-lo econometricamente: considerando $\dot{P}(t)$, $\dot{P}(t-1)$,... como variáveis independentes; construindo uma única variável como a que se sugere pelo somatório anterior. A primeira coloca problemas de multicolinearidade e outros, a segunda a dificuldade da escolha das ponderações. Pensamos que em trabalhos futuros é de optar por esta segunda via. Neste trabalho a taxa de variação de preços de alguns trimestres anteriores, ou não, deve ser encarado como uma variável indicativa da influência da variação de preços durante diversos periodos. Apesar desta interpretação, a mais rápida aquisição de informação sobre a dinâmica dos preços que sobre a do mercado de força de trabalho conduz a um desfasamento temporal de $\dot{P}$ inferior ao de (DENS/OENS).

C) A taxa de variação da procura de emprego não satisfeita no fim do período surge, frequentemente, a nível profissional, como uma variável explicativa complementar da evolução no mercado da força de trabalho, com uma capacidade de influência sobre a taxa de variação salarial mais rápida que as referidas tensões. O seu significado exigiria uma exploração mais pormenorizada mas, como já referimos, existem diversas pistas de interpretação.

D) A intermediação da contratação colectiva de trabalho na influência das tensões no mercado de força de trabalho sobre a taxa de variação da taxa salarial, a sobredeterminação política do valor da força de trabalho, as sistemáticas gestões e políticas económicas influenciadoras dos salários directa ou indirectamente, a importância da acção sindical na evolução dos salários são justificações suficientemente fortes para a importância das variáveis artificiais D1 e D2, apesar dos problemas económicos que levantam.

Diversos autores [09] têm mostrado concludentemente que a existência de políticas de rendimentos restritivas não só reduzem as taxas de variação salarial como põem em causa a aplicabilidade do modelo de Phillips-Lipsey. Assim sendo seria, à priori, de esperar que a variável artificial D3 fosse importante, o que não acontece. A não consonância com a teoria é apenas aparente: a política de limite máximo da variação dos salários médios sectoriais pouco acrescentou de novo à realidade económico-social: o aumento do desemprego levava só por si a esses resultados ou, por outras palavras, o "tecto salarial" mais não foi que o controlo político-administrativo de uma situação de facto, embora com eventuais pontos de ruptura, viável porque as condições objectivas o permitiam.

E) As taxas de variação dos índices de produção industrial mostraram-se incapazes de melhorar os resultados do modelo. Tal não significa, contudo, que a conjuntura seja irrelevante para a taxa de variação da taxa salarial mas antes que os índices de produção industrial só reflectem muito parcialmente, e em certos períodos de forma errónea, a conjuntura e que esta é uma realidade multifacetada (nível e variação da taxa de lucro, formas da relação salarial e do conflito social, desarticulação intersectorial, tensões no mercado de força de trabalho e, em períodos de grande crise, de alteração dos modelos de acumulação), que só parcialmente, e com desfasamentos variáveis, se manifesta sobre a taxa de variação salarial. Para os modelos aplicados ao conjunto da economia os resultados são melhores [13].

CONCLUSAO

13. O mercado de força de trabalho, vulgar e incorrectamente designado por mercado de trabalho, é um local de manifestação pontual, e com uma autonomia relativa inversamente proporcional ao seu âmbito geografico-economico-social, da articulação dialéctica e totalizante da produção, repartição e troca. É um mercado em desequilíbrio, marcado pela sistemática existência de desemprego involuntário e friccional, de uma desigualdade entre ofertas e procura de emprego não satisfeitas, geradora de tensões que ultrapassam o âmbito do económico (pelo relativo de DENS em relação a OENS, taxa de desemprego, manifestações diversas na relação salarial) e invadem o social (correlação de forças social, "disciplina laboral"). Desequilíbrio sistemático e de longo prazo mas com intensidades variáveis ao longo das diversas fases do movimento cíclico inerente à economia capitalista, influenciado igualmente pela variabilidade diacrónica e sincrónica da elasticidade do emprego em relação a produção e, quando se trata de parcelas desse mercado, pelo dessincronismo das crises de sobreprodução. Mercado conflitual não só porque é o local económico de confronto de "agentes" com interesses divergentes mas porque estes pertencem a classes sociais antagónicas (tendo no centro desse antagonismo a taxa de mais-valia). Mercado viciado porque a oferta e a procura não são realidades autónomas sem relacionamento anterior ao confronto no mercado: ambas são determinadas pelo capital, pela acumulação. A sua influência sobre a taxa de variação da taxa salarial tem que ser interpretada como indicadora de uma situação económica global, embora com uma influência mais imediata, não isenta de um campo de intermediação. A contratação colectiva e a correlação de forças entre sindicatos e associações empresariais,

parte integrante da luta de classes, são um núcleo importante dessa relação e componentes fundamentais da relação salarial.

Esta visão totalizante do mercado de força de trabalho, mercadoria presente em todo o acto de produção, transmite ao modelo de Phillips-Lipsey um novo significado integrável na teoria do valor-trabalho. O rácio $DENS/OENS$ surge como uma medida eficiente das tensões no referido mercado, influenciando negativamente, sob formas e intensidades variadas, a evolução de longo prazo dos salários nominais (taxas salariais).

A unidade nacional do mercado de força de trabalho e do valor de uso comum a todas as parcelas desta mercadoria é fraccionada pelas diferentes áreas economico-sociais de funcionamento da concorrência I. As diferenças qualitativas entre as diversas capacidades de trabalho, e correspondentes aptidões para inserção em trabalhadores colectivos unidos pela utilização de uma dada tecnologia, e as práticas actuais de regulamentação colectiva fazem com que no nosso País, tal como em muitos outros, as clivagens entre os diversos mercados de força de trabalho se revelem por profissões e, em alguns casos, acrescidamente, por sexos. Analisar a aplicabilidade do modelo de Phillips-Lipsey às taxas de variação da taxa salarial profissional é captar a influência das tensões do mercado de força de trabalho na sua expressão mais directa e genuína: a aplicação do modelo a sectores, regiões ou países é sempre a uma situação média (de entrelaçamento de verificação e não-verificação do modelo para as diversas profissões que o constituem). Os resultados obtidos para as diversas profissões do Continente, confirmam integralmente estes resultados, chamando igualmente a atenção para a frequente não-linearidade da relação, e para o desfasamento temporal entre

DENS/OENS e $\dot{W}$, expressão do campo de intermediação existente (nomeadamente contratação colectiva e acção das associações de classe) e da falta de "transparência" do referido mercado. Constatada a verificação do modelo para a maioria das profissões consideradas e a sua ineficácia para outras, ficou por esclarecer quais as fronteiras entre ambos os conjuntos de salários profissionais e, para o segundo, quais as variáveis explicativas principais. A taxa de variação do desemprego (DENS) surge frequentemente como variável explicativa adicional, com uma influência negativa e reduzida sobre a taxa de variação salarial: indicador antecipado, isto é, com um período de desfasamento menor, das tensões no mercado e da situação global da economia, fenómeno moldador do comportamento dos intervenientes na negociação colectiva.

As taxas de variação dos preços no consumidor são a outra variável explicativa central das taxas de variação dos salários nominais, expressão da alteração dos custos de reprodução, socialmente necessários, da mercadoria força de trabalho processada em diversos períodos anteriores - pelo que a consideração de um único período de desfasamento deve ser encarado como um mero indicador.

A introdução de variáveis artificiais indicativas do período do fascismo (com ausência de liberdades e de um movimento sindical livre, com limitação, ou ausência, de contratação colectiva) e de ascenso da Revolução Portuguesa (com instauração das liberdades, criação de um movimento sindical livre e forte, com alteração da correlação de forças que tal significou) mostrou-se profíqua, o mesmo não acontecendo para a variável indicativa da política de "tecto salarial", o que pode revelar que

aquela só significou um controle administrativo de uma situação de facto: uma política de rendimentos profundamente contestada e destabilizadora das relações politico-sociais pouco modificou, pelo menos no universo para que a amostra considerada é significativa, a realidade económica.

Este último caso serve para ilustrar a grande importância dos modelos para as políticas económicas, a incorrecção destas serem implementadas na base de formulações genéricas e de experiências estrangeiras. Definidos os objectivos a atingir há que saber onde insidir os instrumentos e com que intensidade. O modelo ensaiado, pelo facto de não se aplicar a todas as profissões, e para a amostra em que é válido nem sempre a sua capacidade explicativa é elevada, não será suficiente, só por si, para fundamentar as políticas, mas pode dar um contributo.

Explicar a dinâmica dos salários profissionais permite utilizar directamente os conhecimentos adquiridos mas é também, e sobretudo, mais um passo no sentido da construção de modelos eficazes para a globalidade da nossa economia.

Tudo o afirmado mostra a necessidade de melhorar as informações estatísticas.

Também os sindicatos e as associações empresariais têm a responsabilidade de conhecerem a realidade objectiva, moldando cientificamente (para mantê-la ou transformá-la) os seus comportamentos negociais. Mais, os modelos, mesmo simples como o ensaiado, revelam, por exemplo, a unidade entre a modificação das garantias de emprego, o ensino e a formação profissional e o poder de compra, entre a reivindicação económica e a luta política.

Apesar das vantagens do modelo estudado para a explicação

de muitas taxas de variação dos salários profissionais será de admitir a existência de outras variáveis explicativas. Seria importante concentrar esforços na procura de indicadores da acção sindical e da correlação de forças social ao nível de cada uma das profissões.

B I B L I O G R A F I A C I T A D A

[01] COURBIS, R.

"Determination des salaires et competitivité", in
Competitivité et croissance en économie concurrence, Cap 3,
Paris, Dunod

[02] DERUELLE, DOMINIQUE

"Hausse a court terme du salaire nominal, tension du
marché de travail et mouvements des prix et du SMIG", Revue
Economique, 1975, pp. 365-409

[03] DON PATINKIN

Dinero, Interes y Precios, Tradução Porras e Cordoba,
1959, Madrid, Aguilar, pp. 528

[04] FIGUEIREDO, J. (AAVV)

Funções Salariais Regionais, texto dactilografado para
IACEP, Dezembro 1983

[05] GOLDSTEIN, MORRIS

Relación de correspondência entre la inflacion y el
desempleo: estudio de las pruebas econométricas para países
seleccionados, 1972, Mexico, Centro de Estudios Monetários
Latinoamericanos

[06] LIPSEY, RICHARD G.

"The Relation between Unemployment and the Rate of Change
of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1862-1957: a Further
Analysis", Economica, 1960, pp. 1-31

[07] MACKAY, D. I. (AAVV)

"Wage Inflation and the Phillips Relationship", The
Manchester School of Economie and Social Studies, Vol. XLII,
1974, pp. 136-161

[08] MINISTERIO DO TRABALHO

"Quadros de Pessoal - Regulamentação colectiva de
Trabalho", Síntese de Resultados, 1982

[09] PARKIN, MICHAEL

"Income Policy: some Further Results on the Determination
of the Rate of Change of Money Wages", Economica, 1970, Novembro

[10] PHILLIPS, A.W.

"The Relation Between Unemployment and the Rate of Change
of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957", Economica,
1958, pp. 283/299

[11] PIMENTA, C.

"Modelo para os salários profissionais na Industria Portuguesa", Trabalho complementar das provas de doutoramento (ISE-Dez 1985)

(Extractos deste trabalho serviram de base ao presente texto)

[12] PIMENTA, C.

Salários e Preços no Século XIX em Portugal - Análise Económica, Separata do Boletim de Ciencias Economicas da Faculdade de Direito de Coimbra, Vol. XXVI, Coimbra, 1983

[13] PIMENTA, C. (AAVV)

Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto), Estudos Urbanos e Regionais, IACEP, Fevereiro 1983

[14] PIMENTA, C. (AAVV)

Salarios-lider em Portugal, Jan. 84, Trabalho dactilografado para IACEP

[15] SILVESTRE, J.J.

"La dynamique des salaires nominaux en France. Etude sectorielle", Revue Economique, Vol. XXII, n. 3, Maio 1971, pp. 430/449